

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Privação Material da Família, Bem-Estar Parental e Envolvimento Parental em Casa

Inês Filipa Graça da Cruz

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia
Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Doutora Cecília Aguiar, Professora Auxiliar,

ISCTE-IUL - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Novembro, 2020

Privação Material da Família, Bem-Estar Parental e Envolvimento Parental em Casa

Inês Filipa Graça da Cruz

MESTRADO EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA, PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E
JOVENS EM RISCO

Doutora Cecília Aguiar, Professora Auxiliar,

ISCTE-IUL - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Novembro, 2020

Agradecimentos

Na reta final deste percurso, um dos mais importantes da minha vida que me irá permitir exercer a minha carreira de sonho, não posso deixar de agradecer a todos os que direta ou indiretamente me ajudaram a alcançar este objetivo.

À minha família: minhas companheiras de 4 patas que me acompanharam nos serões de estudo, ao meu pai, mãe, mana Sofia e o meu lindo sobrinho Dinis que me deram força, cada um à sua maneira, neste caminho atribulado, mas que me tornou mais forte.

Às minhas irmãs de coração, Graça, Vânia, Célia e Sónia e ao meu irmão Ferreirinha que sempre estiveram lá para mim. Por me terem dado carinho, mas também amor duro quando era necessário. Este ano não foi fácil, mas com vocês tudo se torna mais leve. O meu muito obrigado por serem quem são.

À Débora que de modo altruísta partilhou o seu conhecimento e amor pela área da proteção de crianças e jovens em risco e que permanentemente me ajuda a crescer nesta área. Espero que de futuro possamos fazer muito “por boas causas”.

Ao Artur, que chegou na altura certa com as piolhas e me ajudou a acreditar em tantas coisas que contava já não serem possíveis e me lembraram do que é ser criança.

Agradecer ao ISCTE, a todos os professores que me deram ferramentas para um nobre exercício da profissão que me trouxeram a este ponto e em especial à Dr^a Cecília.

Por fim, gostaria de agradecer a toda a equipa ISOTIS que tornou este e muitos outros estudos possíveis, dedicando o seu tempo e conhecimento a tornar a vida de outros melhor, bem como à Dr^a Inês Ferreira cuja participação e recolha de dados foi essencial. À Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e à Santa Casa da Misericórdia da Amadora, escolas, instituições e profissionais que concordaram em colaborar com o projeto e, finalmente, às mães que se disponibilizaram a dar um pouco das suas experiências, do seu tempo e perspectivas para que as desigualdades educacionais pudessem ser reduzidas, contribuindo para uma experiência escolar, social e familiar mais inclusiva.

O meu muito obrigado a todos. Sabem que vos levo no coração e farei tudo no meu alcance para vos ver bem.

“Em todo o tempo ama o amigo, e na angústia nasce o irmão”.

Provérbios 17:17, Bíblia.

Resumo

A investigação tem indicado que o estatuto socioeconómico está relacionado com o stress familiar e o envolvimento parental. Neste estudo, pretendeu-se investigar a relação entre o nível de privação material da família, o bem-estar parental e o envolvimento parental em atividades em casa. Participaram no presente estudo 116 mães com uma escolaridade média de oito anos e com filhos entre os dois e os seis anos, dos quais 57 eram do sexo feminino e 59 do sexo masculino. Mais de dois terços das mães (72.4%) afirmaram ter um rendimento mensal inferior a 620€, tratando-se de uma amostra de baixo nível socioeconómico. Os dados obtidos não confirmaram as hipóteses formuladas mas revelaram relações positivas e estatisticamente significativas entre os anos de escolaridade da mãe, a idade das crianças e a frequência de leitura partilhada.

Palavras-chave: envolvimento parental; privação material; educação; inclusão, bem-estar.

Classificação PsycInfo: 2956 Criação de Filhos e Cuidados Infantis

Abstract

Research has indicated that socioeconomic status is related to family stress and parental involvement. In this study, we aimed to investigate the relationship between the level of material deprivation of the family, parental well-being and parental involvement in activities at home. 116 mothers participated in this study with an average schooling of eight years and with children between two and six years old, of which 57 were female and 59 were male. More than two-thirds of mothers (72.4%) stated that they had a monthly income of less than € 620, being a sample of low socioeconomic status. The data obtained did not confirm the hypotheses formulated but revealed positive and statistically significant relationships between the mother's years of schooling, the children's age and the frequency of shared reading.

Keywords: Parental Involvement; Material Deprivation; Education; Inclusion, Well-Being.

PsycInfo Scientific Domains: 2956 Childrearing & Child Care

Conteúdo

Introdução.....	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1.1 Privação Material e Pobreza	3
1.1.1 Definição de pobreza	3
1.1.2 Privação material	5
1.1.3 Taxa de privação material severa	6
1.2 Bem-estar	6
1.3 Envolvimento Parental em Atividades em Casa	10
3.1 <i>Modelo do Investimento Familiar</i>	12
1.4 Relação entre Privação Material, Bem-estar dos Pais e Envolvimento Parental	13
1.5 Definição de Objetivos e Hipóteses.....	14
CAPÍTULO II – MÉTODO	15
2.1 O projeto ISOTIS	15
2.2 Participantes	15
2.3 Instrumentos	16
2.4 Procedimentos.....	17
CAPÍTULO III – RESULTADOS	19
3.1 Estatísticas Descritivas	20
3.2 Modelos de Regressão Linear Múltipla	21
CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO E CONCLUSÕES.....	23
4.1. Discussão	23
4.2. Limitações e Sugestões para o Futuro.....	25
4.3. Conclusões	26
Referências	27

Índice de Figuras e Tabelas

Figura 1. População em risco de pobreza: total e por grupo etário (PORDATA, 2020).....	4
Figura 2. População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social, Portugal, 2016-2019 (INE, 2019)....	6
Figura 3. Diagrama do Modelo de Investimento Familiar (Xiaofeng, Wenhui, & Zhou, 2018)....	12
Tabela 3.1. Médias, Desvios-Padrão, Mínimos e Máximos.....	20
Tabela 3.2. Coeficientes de correlação de Pearson entre variáveis.....	21
Tabela 3.3. Resultados do Modelo de Regressão linear múltipla para testar os efeitos do Bem-Estar, da Privação Material, do Género da criança, da Idade da criança e dos anos de Educação da mãe, na Leitura Partilhada	22

Glossário de Siglas

ASE - Ação Social Escolar

UE – União Europeia

MSF - Modelo do Stress Familiar

INE - Instituto Nacional de Estatísticas

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

SES – Estatuto Socioeconómico

Introdução

Atualmente, as figuras parentais estão sujeitas a múltiplas exigências (e.g., condições de trabalho, desafios familiares), pelo que se evidencia a necessidade de perceber qual o foco de atuação, em prol da melhoria da relação pais-filhos. Tal relação tem efeitos sobre a saúde física, mental, nas funções intelectuais e emocionais, bem como o comportamento social (Hoghughi, 2004).

Posto este motivo, torna-se fulcral mencionar o modelo bioecológico de Bronfenbrenner (2005), já que este considera os níveis do microsistema e mesossistema das famílias, não só ao nível dos recursos culturais e linguísticos nas famílias, mas também na construção da identidade e aculturação, experiências com meios de educação infantil e outros serviços, aspirações e expectativas, bem como o bem-estar dos progenitores e, consequentemente, das crianças.

Datado dos anos 60, o papel da mulher tem vindo a ser modificado, passando de um papel de mãe/esposa protetora e cuidadora do lar, para um acumular das já existentes responsabilidades com uma vida laboral preenchida, levando a conflitos na conciliação destes papéis (Wall & Amâncio, 2007). As mulheres continuam a assegurar quase a totalidade das tarefas domésticas e as tarefas ligadas ao cuidado dos filhos. A entrada no mercado de trabalho faria prever uma mudança nos padrões de partilha de tarefas, contudo, tal padrão mantém-se quase inalterado, o que significa, para muitas mulheres, a adoção de uma dupla jornada de trabalho. Esta divisão de tempo entre tarefas é geradora de desigualdades uma vez que coloca as mulheres numa situação de desvantagem face ao emprego e à participação cívica (Eagly & Wood, 2016). Posto isto, Cardoso (2006) postula o reflexo das desigualdades socioeconómicas no que concerne à organização social de qualquer sociedade, sendo fundamentais o estatuto socioeconómico e a classe social em que os indivíduos se inserem.

Em concordância com o supracitado, propõe-se, então, que quanto menor o estatuto socioeconómico, menor o envolvimento parental, bem como quanto maior o bem-estar percebido pelos pais, maior seja o envolvimento parental. Para tal, cada uma destas variáveis será descrita e, de seguida, esta relação vai ser estudada através de dados recolhidos por questionários aplicados a mães de crianças com idade inferior a seis anos de idade, provenientes de ambientes socioeconómicos desfavorecidos.

Assim, a importância do presente estudo debruça-se no facto de o envolvimento parental ser de extrema importância no processo desenvolvimental da criança, uma vez que a transmissão de valores e um ambiente familiar, contribuem positivamente para o desenvolvimento cognitivo e social da criança (Cooper, Lindsay & Nye, 2000), e é precisamente este envolvimento que deve ser promovido e trabalhado.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

As desigualdades surgem no momento em que os indivíduos dispõem de oportunidades distintas, em prol da retirada de benefícios, especialmente quando a maioria dos membros de determinados grupos sociais vivenciam desvantagens (Fahel et al., 2012). Assim, a pobreza tem influência direta ao nível da aprendizagem, porém não é o único fator de destaque, pois dá-se a existência de problemas de maior complexidade, que interferem direta e indiretamente na educação. As políticas educacionais tendem a não atender satisfatoriamente às necessidades básicas de grande parte do sistema educacional, levando a um potencial empobrecimento (Brito et al., 2015).

Neste sentido, dadas as desigualdades educacionais, o envolvimento dos pais nos ambientes académico e doméstico das crianças vem revelar-se benéfico, tanto ao nível académico como social (Foster et al., 2005), e o envolvimento de todos os intervenientes na educação das crianças, atua de modo a promover uma educação adaptada às necessidades individuais.

Posto isto, o presente estudo debruça-se no objetivo central de perceber qual a relação entre o nível de privação material da família, a perceção de bem-estar parental e o envolvimento em atividades em casa, numa amostra de mães com estatuto socioeconómico (SES) desfavorecido. O estudo enquadra uma análise dos diversos sistemas envolventes à criança, desde o microssistema e as suas características individuais, até ao macrossistema e as suas características gerais e particulares (Bronfenbrenner, 2005).

1.1 Privação Material e Pobreza

1.1.1 Definição de pobreza

A pobreza constitui-se como um fenómeno complexo e marcante para a humanidade, sendo que qualquer definição de pobreza ficará sempre aquém da enorme abrangência deste, uma vez que ser pobre ultrapassa a ausência de recursos materiais, privações e necessidades característicos de quem sobrevive com menos do que os demais (Freitas, 2010).

Trata-se então de uma “Condição humana caracterizada pela privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o usufruto de um padrão de vida adaptado, bem como outros direitos civis, culturais, económicos, políticos

e sociais” (Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas, 2001. Cit em <https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>).

A pobreza limita ou anula a possibilidade de escolha, dada a falta de recursos económicos e leva à deterioração das condições de vida do indivíduo, no sentido em que o priva até das suas necessidades básicas, como a habitação, saúde, alimentação ou educação o que podemos até afirmar que o priva de alguns direitos humanos, tornando-se até, geradora de desigualdades o que conduz a situações de exclusão social e privação (Freitas, 2010).

Esta é uma problemática que importa minimizar, pois qualquer indivíduo tem direito a aceder às necessidades básicas, viver sem vergonha da sua condição e integrado adequadamente nas diversas estruturas sociais (Nunes, 1999).

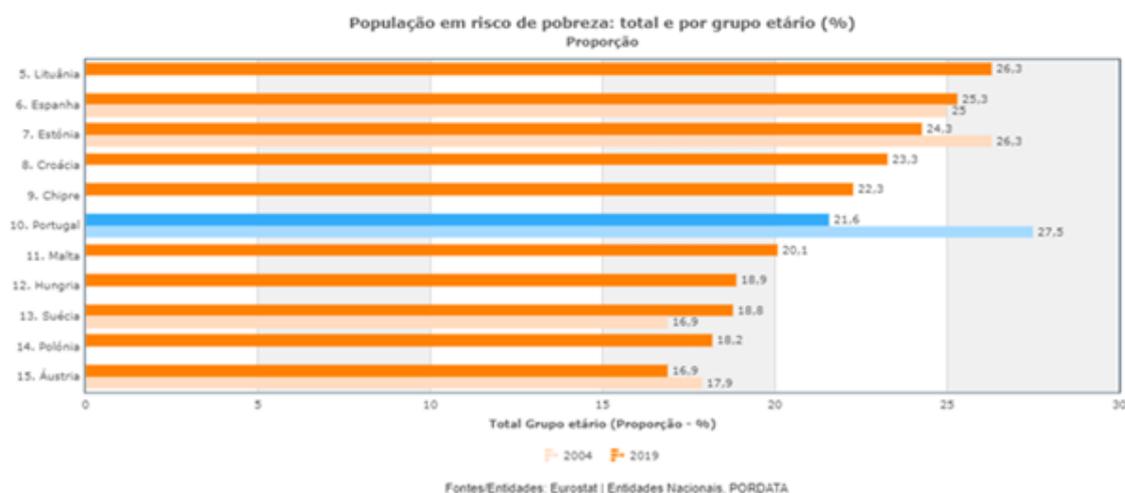


Figura 1. População em risco de pobreza: total e por grupo etário (PORDATA, 2020)

Em Portugal, a taxa do risco de pobreza ou exclusão social, calculada em função das variáveis pobreza, privação material e intensidade laboral reduzida, de acordo com o relatório do INE, relativo a 2019, tem vindo a descer desde 2016, verificando-se cerca de 2595 milhares de pessoas em risco nesse ano verificando-se uma diminuição para 2215 milhares em 2019.

No que concerne à privação material, o facto de esta existir não quer dizer necessariamente que o indivíduo experiencie uma situação de pobreza. Contudo a privação está intimamente ligada à pobreza, uma vez que o indivíduo em situação de pobreza está sujeito a algumas privações que podem ser verificadas nas necessidades básicas e que não são satisfeitas de forma prolongada (Freitas, 2010; Nunes, 1999).

1.1.2 Privação material

Por definição, a privação material corresponde à ausência forçada de uma combinação de fatores que contribuem para as condições materiais ou de qualidade de vida, nomeadamente, as condições habitacionais, posse de bens, capacidade para suportar necessidades básicas na sociedade a que os indivíduos pertencem, ou mesmo condições ambientais (Mack & Lansley, 1985).

A privação material abrange indicadores relativos à pressão económica e a bens duráveis. As pessoas que vivem em situação de privação material severa têm condições de vida muito limitadas pela falta de recursos, e são sujeitos a pelo menos 4 das 9 seguintes dificuldades: I) pagar renda de casa e serviços de utilidade pública, II) manter a casa adequadamente aquecida, III) enfrentar despesas inesperadas, IV) comer carne, peixe ou um equivalente de proteína dia-sim dia-não, V) gozar uma semana de férias fora de casa, VI) ter automóvel, VII) ter máquina de lavar roupa, VIII) ter TV a cores, ou IX) ter telefone (INE, 2019).

De acordo com Townsend (1979), os sujeitos, ou agregados familiares, encontram-se em situação de privação material aquando a inexistência dos seguintes itens: recursos de modo a obter alimentação, participação em atividades, obtenção de condições de vida e por fim, comodidades a que se encontram habituados, ou, pelo menos, usuais nas comunidades onde se inserem. As regiões empobrecidas e de baixo estatuto socioeconómico, são consideradas áreas onde são geradas oportunidades diminutas e onde se multiplicam as situações de vulnerabilidade (Nogueira, 2007), e esta vulnerabilidade e falta de oportunidades podem ser geradas por fatores como os de saúde mental, sociais e económicos (Stuckler & Basu, 2013).

De modo sucinto, o conceito de privação material pode ser analisado segundo quatro abordagens: I) abordagem baseada na subsistência, onde os rendimentos da família são inferiores ao mínimo necessário para a sua sobrevivência física; II) a abordagem baseada na privação relativa, em que os indivíduos são privados de recursos sociais, físicos e de comodidades que para outros são comuns; III) abordagem baseada nas capacidades, postulando que a privação material reflete uma incapacidade de gerir os meios económicos de modo a suprir as necessidades básicas; IV) e a abordagem baseada na perceção social de necessidades, em que o indivíduo perde a possibilidade de colmatar as necessidades estabelecidas pela sociedade (Pereira, 2010).

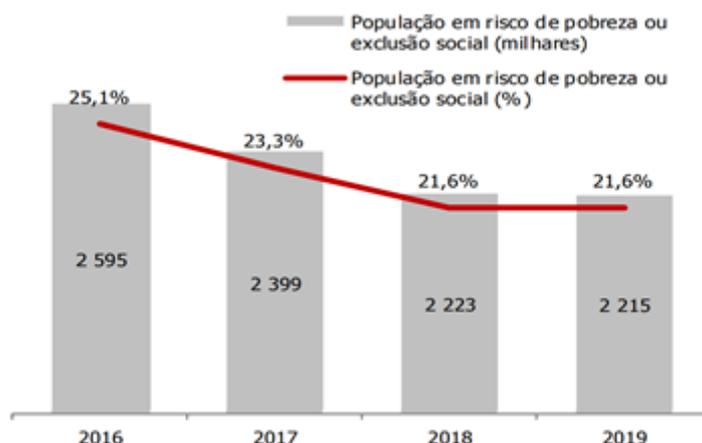


Figura 2. População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social, Portugal, 2016-2019 (INE, 2019)

1.1.3 Taxa de privação material severa

A taxa de privação material severa consiste na percentagem da população que enfrenta pelo menos quatro dos nove tipos da lista de dificuldades económicas acordada na União Europeia. Da lista constam as incapacidades de pagar despesas inesperadas, refeições regulares de carne e peixe ou uma semana de férias para a família; de pagar as contas da casa atempadamente ou de manter a casa aquecida; de ter carro, máquina de lavar roupa, televisão a cores ou telefone, por dificuldades económicas.

1.2 Bem-estar

O conceito de bem-estar tem vindo a suscitar algumas dificuldades na sua definição sendo até visto como algo inalcançável, difícil de definir e ainda mais difícil de medir (Thomas, 2009). Alguns tentam definir como um equilíbrio que pode ser perturbado pelos desafios ou acontecimentos de vida (Dodge, Daly, Huyton & Sanders, 2012), enquanto que outros definem como um construto multifacetado e complexo podendo conter a concretização de objetivos, a felicidade e a satisfação com a vida (Pollard & Lee, 2003).

Através destas definições, podemos perceber que o conceito de bem-estar abrange não só as condições materiais de vida, mas também outros fatores explicativos do nível de qualidade de vida, dependendo dos valores culturais, das expectativas, objetivos a alcançar

e preocupações, afetando a saúde física, psicológica, crenças, relações sociais e o ambiente envolvente (WHO, 1997).

Estudos demonstram também que recursos como o dinheiro, suporte familiar, capacidades sociais e a inteligência estão diretamente relacionados com o bem-estar do indivíduo (Diener, 1995). Diener afirma ainda que o bem-estar pode ser entendido como felicidade ou satisfação com a vida. Este pode ser avaliado através de três conceitos, todos eles igualmente importantes: bem-estar psicológico, sentimentos positivos e negativos e o equilíbrio entre os dois e, por fim, o pensamento positivo (Diener, 2009).

Autores defendem que fatores como a autoaceitação, as relações positivas com outros, a autonomia, o domínio sobre o ambiente que rodeia, os objetivos de vida e o crescimento / desenvolvimento pessoal, podem estar na base de uma mensuração do bem-estar, apresentando-se como constituintes do mesmo (Ryff, 1989).

Como falado anteriormente, o bem-estar não pode estar dissociado de uma dimensão social, recorrendo a todos os sistemas ecológicos, como a família, vizinhança, laços religiosos ou comunitários, todos estes enquadrados entre o microsistema e o cronossistema (Bronfenbrenner, 2005), como fonte de aprovação, identificação e de ação (Abulof, 2017). Cochran e Niego (1995) definem a rede de apoio social como pessoas (ou instituições) externas à família, que promovem algum tipo de suporte, como o material, emocional, aconselhamento e informação sobre o cuidar e educação. Considerando o exposto, a rede de apoio contribui para o bem-estar parental, diminuindo o stress e a sobrecarga ao providenciar um apoio psicológico e material para os pais, promovendo o empoderamento no exercício da parentalidade.

A relação entre parentalidade e bem-estar é complexa; contudo, quando os pais atribuem um significado positivo às tarefas do dia a dia, quando as necessidades básicas estão satisfeitas e quando existem emoções positivas e papéis sociais significativos, parece existir uma maior sensação de bem-estar (Nelson et al., 2014). O bem-estar parental transcende o bem-estar com o papel parental, implicando também a esfera pessoal, familiar, conjugal, profissional e social. Um estudo realizado por Yurdusen e colaboradores (2013) em termos das atitudes maternas, demonstrou que a sobrecarga profissional e a satisfação doméstica aparecem associadas ao humor negativo nas mães, parecendo contribuir negativamente para o bem-estar parental.

Belsky e colaboradores (2014) destacaram como determinantes da parentalidade, as características da criança, os recursos psicológicos dos pais e o contexto familiar e social onde se encontram inseridos. Já Nomaguchi (2012), relacionou as variáveis da parentalidade, idade da criança e bem-estar psicológico no adulto e verificou que pais com filhos mais novos (idade inferior de cinco anos) apresentam maior satisfação na relação parental, maior autoestima, maior eficácia e menos depressão, comparativamente a pais com filhos em idade escolar ou adolescentes.

Considerando a variável do bem-estar parental, importa referir a importância de dois fatores, sendo eles, o stress de sobrecarga de tempo e a depressão. A definição de stress de sobrecarga de tempo prende-se com o sentimento de sobrecarga, nomeadamente, a consideração da quantidade de atividades de vida diária ser avultada comparativamente ao tempo disponível para a sua concretização. Consequentemente, sujeitos expostos a este tipo de stress, evidenciam implicações ao nível da privação de sono, dependência das rotinas do quotidiano, uma avaliação negativa do descanso efetivo, e relatam que o tempo não se torna adequado em qualidade e quantidade em termos de interação perante pares, familiares e filhos, com possíveis implicações no que respeita à relação com os filhos (Ribas, Junior & Valente, 2006).

A literatura aborda ainda a questão da transição parental, nomeadamente, a referência de que o nascimento de uma criança acarreta um acréscimo de stress substancial, consequências em termos do bem-estar e mudanças no estilo de vida parental. No interior de um casal existe adaptação, incorporação de papéis de cuidadores, aumento de conflitos, com possível diminuição da satisfação em termos matrimoniais. A transição de tornar-se pai/mãe torna-se particularmente crítica dado o facto de ser permanente, sendo o grau de sucesso verificado na parentalidade e observado no desenvolvimento da criança e saúde parental (Hughes, Devine, Mesman & Blair, 2020). Considerando a parentalidade, existe um acréscimo de responsabilidades associadas, sendo que existe a hipótese da impossibilidade de uma rede de apoio social, o que poderá comprometer o exercício positivo da parentalidade, nomeadamente, pela complexidade de competências a serem desenvolvidas e, os conhecimentos necessários de modo a responder perante as necessidades verificadas da criança e/ou jovem.

O modelo de stress familiar (traduzido de *Family Stress Model*), adiante designado por MSF, trata-se de uma linha orientadora para entender como o stress familiar vai

influenciar os desenvolvimentos físico, psicológico, socioemocional e cognitivo da criança (Masarik & Conger, 2017).

Os elementos *stressores* colocam os pais e as crianças em risco, dada a exposição a problemáticas psicológicas e relacionais. No decorrer do tempo, o stress pessoal poderá desenvolver tensões no interior das relações familiares e poderá estar associado a complicações na parentalidade, eventualmente ameaçando a saúde e bem-estar da criança que reside na habitação. No estudo conduzido por Masaryk e Conger (2017), estes referem que o MSF se trata de uma estrutura para o entendimento do processo do stress familiar e o seu potencial impacto no quotidiano das crianças. Este evidencia um processo teórico onde as pressões e dificuldades exacerbam o desajustamento da criança através do stress psicológico parental, de problemáticas de relacionamento interparental e parentalidade disruptiva/desajustada.

Apesar da evidência científica substancial de que o estatuto socioeconómico prediz as funções executivas das crianças, os mecanismos de base desta associação ainda não se encontram bem estudados. Estudos desenvolvidos por Vrantsidis et al. (2019), consideram o Modelo de Stress Familiar e o Modelo de Investimento Familiar, de modo a investigar a associação entre o MSF e as funções executivas das crianças. Nas medidas do estatuto socioeconómico, o nível de escolaridade inferior previu valores de funções executivas inferiores, para além de um menor autocontrolo. O rendimento não se encontrava relacionado com as funções executivas. Os resultados sugeriram que o funcionamento familiar tem como base um mecanismo primordial/proximal para o desenvolvimento das funções executivas da criança (Vrantsidis et al., 2019).

De acordo com o MSF, o estatuto socioeconómico baixo prediz um envolvimento parental inferior ao expectável, quando o stress familiar se encontra com valores mais elevados (Conger & Donnellan, 2007). A generalidade das famílias provenientes de minorias, possuem um estatuto socioeconómico baixo comparativamente às famílias maioritárias, e por isso poderão experienciar stressores adicionais associados ao seu estatuto minoritário, como, por exemplo, o *stress* da aculturação. A relação entre o estatuto socioeconómico e a parentalidade positiva era parcialmente mediada pelo stress materno geral e pelo stress de aculturação materna. O estudo mencionado acima, refere ainda que contribuiu para a argumentação de que os *stressores* específicos referentes às minorias deveriam ser considerados em adição a *stressores* demográficos e familiares gerais em termos do entendimento do comportamento parental nas famílias de minoria étnica.

Variados estudos indicam que existe uma relação entre o estatuto socioeconómico e a evidência de stress (e.g., Masaryk & Conger, 2017). Estudos desenvolvidos com cuidadores afro-americanos, com objetivo de verificar as associações entre o rendimento económico e o stress, evidenciam que o baixo rendimento, bem como situações financeiras desfavoráveis predizem uma elevada pressão económica entre os cuidadores afro-americanos e, conseqüentemente, estão associados ao desenvolvimento de sintomas depressivos, sentimentos de desânimo/desencorajamento e de desespero (Masaryk & Conger, 2017). Efeitos similares da dificuldade económica na promoção do *stress* psicológico parental, devido ao aumento da pressão económica, têm sido verificados em famílias multiétnicas representativas de variadas estruturas familiares (Masaryk & Conger, 2017).

1.3 Envolvimento Parental em Atividades em Casa

O presente estudo tem por base o modelo ecológico de Bronfenbrenner (2005) uma vez que dá primazia à análise de todos os fatores internos e externos que constituem o indivíduo. Este modelo postula a crença de que o desenvolvimento humano resulta das interações dinâmicas e contínuas (processos proximais) de um sujeito com o seu ambiente envolvente, no decorrer do seu quotidiano. A regularidade e intensidade das interações entre o sujeito e o seu contexto culmina nas respostas ou resultados do desenvolvimento humano. Um sujeito integra-se num conjunto de microssistemas (i.e., família, pares), de onde se traduz a criação do mesossistema que deriva das relações e conexões entre os seus agentes sociais. Os agentes sociais e ambientes externos à experiência direta com implicação no desenvolvimento do sujeito, constituem o exossistema (i.e., ambiente laboral dos familiares, serviços na comunidade), enquanto que, o macrossistema representa o contexto cultural e ideológico numa sociedade (i.e., política social, valores sociais). Por fim, o cronossistema representa as mudanças ocorridas no decorrer do tempo em termos de eventos e transições no quotidiano (i.e., transição pré-escola para a escola) (Bronfenbrenner, 2005).

Gutman e McLoyd (2000) investigaram a variação da gestão que os pais fazem quanto à educação das crianças em casa, no meio escolar e na comunidade como um fator que indicava se as crianças possuíam estimulação e, conseqüentemente, sucesso académico ou, ao invés, problemas académicos. No contexto da família, os pais das crianças com maior sucesso recorriam a mais estratégias específicas de modo a auxiliarem as suas crianças com

o trabalho de casa e envolviam-se em mais conversações com as crianças, com intenção de suporte, comparativamente a pais de crianças com menor sucesso escolar. No que concerne ao meio escolar, os pais das crianças com maior sucesso, não somente eram mais envolvidos, mas igualmente possuíam diferentes motivos para o seu envolvimento, comparativamente a pais das crianças com baixo rendimento escolar. Os autores apuraram efeitos bidirecionais entre o sucesso escolar das crianças e o envolvimento dos pais (Pedro & Mata, 1998).

Segundo Spodek (2002), as interações dos progenitores com os filhos são influenciadas por uma diversidade de fatores sobrepostos, entre eles o comportamento e as características dos filhos, as considerações dos pais sobre os objetivos da socialização, as suas convicções, valores e modelos internos de funcionamento parental, o contexto familiar e social e o comportamento de outros sujeitos no interior desse contexto. Os pais que promovem a aprendizagem em casa, são também aqueles que promovem mais o contacto regular com a escola, e as suas crianças mostram ter uma melhor relação com os seus pares, adultos e melhor capacidade de aprendizagem (McWayne et al., 2004). As práticas parentais, tendo por base as dimensões da parentalidade, são analisadas em função das atividades que promovem o bem-estar da criança.

Os pais eram praticamente excluídos da educação escolar dos seus filhos dado não possuírem formação suficiente, e acreditava-se que apenas os professores teriam esta competência. Porém, atualmente, existe uma nova visão relativamente ao papel dos pais e ao seu contributo para o processo de aprendizagem das crianças e jovens e a influência da vertente social. A exposição à leitura foi possibilitada às crianças previamente ao ingresso na escolaridade obrigatória, quer no seio familiar, jardins-de-infância ou outros contextos educativos (Silva, 2011).

Nos dias que correm, o recurso às tecnologias acaba por ser um veículo de aprendizagem bem como de envolvimento familiar. A aprendizagem das crianças em idade precoce é orientada para a ação. A tecnologia, em particular o computador, pode ser usada para construção do conhecimento, dada a oferta de inúmeras possibilidades de aprendizagem acerca do mundo envolvente (Papert, 1996). Amante (2007) refere vários estudos que realçam os contributos das Tecnologias da Informação e Comunicação na aprendizagem das crianças, nomeadamente ao nível do desenvolvimento da linguagem (fluência e complexidade de discurso, comunicação verbal e colaboração, linguagem escrita, vocabulário, sintaxe e reconhecimento de palavras, entre outros); pensamento matemático (contagem, classificação, pensamento lógico, geométrico e espacial, resolução de

problemas); conhecimento do mundo e contacto com outras realidades naturais, sociais e culturais; educação para a diversidade, multiculturalidade e formação cívica.

3.1 Modelo do Investimento Familiar

Conger e Donnellan (2007) desenvolveram parte da sua investigação em torno da relação entre o estatuto socioeconómico, os processos familiares e o desenvolvimento humano, adotando como tópico primordial as relações existentes entre o estatuto socioeconómico e o bem-estar emocional, social e físico, das crianças e adultos. A evidência empírica demonstra as associações entre o estatuto socioeconómico das famílias e o desenvolvimento da criança em termos dos processos de stress na esfera familiar (*Modelo de Stress Familiar*) e dos investimentos familiares na criança (*Modelo de Investimento Familiar*). A investigação mais recente rege-se por uma abordagem interacionista, onde propõe uma relação dinâmica entre o estatuto socioeconómico e o desenvolvimento no decorrer do tempo (Xiaofeng, Wenhui, & Zhou, 2018).

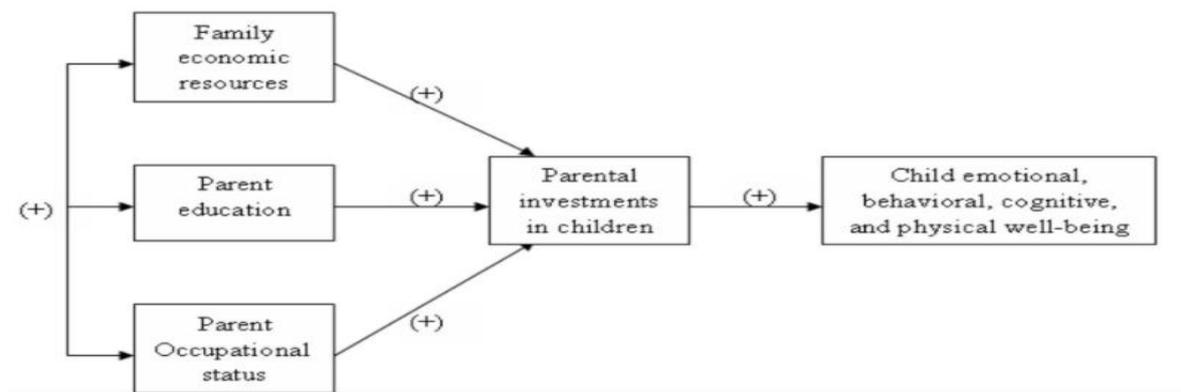


Figura 3. Diagrama do Modelo de Investimento Familiar (Xiaofeng, Wenhui, & Zhou, 2018)

As múltiplas competências do indivíduo determinam uma variedade ampla de resultados na sua vida. Variados estudos científicos demonstram que as competências cognitivas e não cognitivas (socioemocionais) influenciam os resultados no mercado laboral, a probabilidade de matrimónio e divórcio, a probabilidade de bem-estar, recenseamento eleitoral e saúde.

Cunha e colaboradores (2013) verificaram mais lacunas nas competências parentais nos meios que continham mais familiares em situações de desvantagem. A investigação estabelece a importância de considerar fatores como os períodos de desenvolvimento distintos no ciclo da vida da criança e, em particular, a existência de períodos sensíveis na infância, para a criação/desenvolvimento de competências, as competências múltiplas de ambos os pais e crianças, que são consideradas como requisitos para o sucesso no quotidiano, e as múltiplas formas de investimento, incluindo, no meio escolar e na parentalidade.

1.4 Relação entre Privação Material, Bem-estar dos Pais e Envolvimento Parental

Verificou-se que a relação entre o envolvimento parental percebido pelos pais e os resultados escolares é mais forte quando reconhecido pelos professores (Silvério, 2016). Tem-se também verificado que fatores parentais tais como ocupação, educação e qualidade do ambiente em casa, são bons preditores para o desenvolvimento intelectual e cognitivo dos filhos. O contexto ambiental em que uma criança se insere pode ter impacto nas atividades que estimulam a aprendizagem e o desenvolvimento da mesma. O contexto ambiental parece influenciar também as motivações dos pais e as crenças sobre as suas capacidades parentais, no que diz respeito à envolvimento e estimulação da aprendizagem dos seus filhos. Uma vez que as preocupações de cariz financeiro e questões relacionadas com a habitação, por exemplo, alimentam sentimentos de ansiedade, stress emocional e níveis de felicidade, que podem vir a afetar os seus comportamentos na relação com os filhos (Taggart, 2015).

Diogo (2006) indicou que as práticas educativas variam de família para família, o que pode levar a diferentes graus de envolvimento por parte dos pais, cuja origem se prende com o estatuto socioeconómico e as diferenças de género, mas também com as diferentes dinâmicas familiares dirigidas para o sucesso das crianças. Verificou que muitas famílias dos estatutos socioeconómicos mais baixos se encontram concentradas em desenvolver estratégias de educação e escolarização.

No estudo conduzido em 2002 por Yeung, Linver e Brooks-Gunn, constatou-se que as dificuldades económicas, a baixa escolaridade e instabilidade laboral, são fatores associados negativamente ao bem-estar emocional parental, podendo desenvolver consequências nefastas ao nível do desenvolvimento da criança.

Assim, pode-se verificar a evidente relação entre o estatuto socioeconómico, a perceção de bem-estar dos pais e o envolvimento dos pais nas atividades em casa dos seus filhos.

1.5 Definição de Objetivos e Hipóteses

O objetivo do presente estudo prende-se com a investigação da relação existente entre o nível de privação material da família, a perceção de bem-estar parental e o envolvimento dos pais de crianças com idade inferior a seis anos, nas atividades em casa.

Para este efeito, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1- Quanto maior o grau de “privação material”, menor o “envolvimento parental em casa”.

H2 - Quanto maior o “Bem-estar parental”, maior o “envolvimento parental em casa”.

CAPÍTULO II – MÉTODO

2.1 O projeto ISOTIS

ISOTIS foi um projeto financiado pela Comissão Europeia (Referência N.º 727069), que contou com a cooperação de 17 parceiros e 11 países, em colaboração entre si, tendo como objetivo estudar e explicar a natureza, causas e impacto das desigualdades emergentes em termos sociais e educativos no contexto socioeconómico e dos respetivos processos políticos e institucionais. Do grego “ισότης”, que se pronuncia Isotis, o termo refere-se a igualdade, justiça ou equidade, tornando-se este o objetivo central do projeto no que diz respeito à educação na primeira infância e primeiro ciclo. O projeto ISOTIS teve início em janeiro de 2017 e término em dezembro de 2019.

Este projeto focou-se nas perspetivas de famílias cultural e linguisticamente diversas, com o objetivo de aumentar o conhecimento acerca dos seus recursos sociais, culturais e linguísticos, examinar a formação dos colaboradores dos serviços e escolas, implementar pedagogias de inclusão e promover a coordenação entre serviços de apoio a crianças e famílias. O ISOTIS realizou investigação junto de grupos imigrantes, minorias étnico-culturais e de estatuto socioeconómico baixo, que experienciam desvantagens persistentes em termos educativos, e examinou os recursos, experiências, objetivos, necessidades e bem-estar de crianças e famílias nos grupos referidos (Broekhuizen et al., 2018).

2.2 Participantes

Fizeram parte da amostra deste estudo 116 mães com um grau de escolaridade médio de oito anos ($M = 8.22$, $DP = 3.22$). Estas mães responderam aos questionários, considerando um/a filho/a na faixa etária compreendida entre os dois e os seis anos. As crianças alvo exibiam uma média de quatro anos de idade ($M = 4.19$, $DP = 1.05$) e 57 (49.1%) eram do sexo feminino e 59 (50.9%) do sexo masculino. Quanto ao rendimento destes agregados familiares, mais de dois terços das mães (72.4%) afirmaram ter um rendimento mensal inferior a 620€, sendo que 26.7% das mães entrevistadas teriam menos de 430€ mensais para a subsistência do seu agregado familiar.

2.3 Instrumentos

2.3.1 Avaliação da privação material

A fim de avaliar o nível de privação material dos agregados familiares em estudo, usou-se o Indicador de Privação Material da União Europeia (*European Union's indicator of material deprivation*) (Guio et al., 2016), com uma consistência interna moderada na presente amostra ($\alpha = .55$) (Hinkle, Wiersma & Jurss, 2003). Esta escala inclui 13 itens avaliados numa escala de sim e não (incluindo “não consigo ter” e “não, outros motivos”). Cinco itens referem-se à vida adulta, com questões de investimento de dinheiro a nível pessoal (e.g., Na maioria das semanas, gasta uma pequena porção de dinheiro em si, para seu próprio prazer?; Tem dois pares de sapatos em boas condições adaptados às atividades diárias?) e oito itens avaliam o nível de vida do agregado familiar (e.g., Existe no seu agregado familiar um carro para uso particular?; O seu agregado familiar tem capacidade de garantir um aquecimento adequado da sua casa?). Se a mãe assinalasse que não possuía possibilidade de adquirir determinado bem ou serviço em cinco ou mais itens, seria considerada em situação de privação material (Broekhuizen et al., 2018).

2.3.2 Avaliação do Bem-Estar

Realizou-se a avaliação do bem-estar parental recorrendo a três itens que incidiram sobre a satisfação com a vida em geral, nomeadamente: “Estou satisfeito com a minha vida”, “Se eu pudesse voltar a viver a minha vida, eu mudava quase nada” e “Em muitos aspetos a minha vida está perto do meu ideal”, sendo a possibilidade de resposta das mães, uma escala de tipo Likert de 1 a 5, onde 1 correspondia a *discordo* e 5 a *concordo* (Broekhuizen et al., 2018). Neste estudo, a variável bem-estar parental mostrou uma alta consistência interna ($\alpha = .72$) (Hinkle, Wiersma & Jurss, 2003).

2.3.3 Avaliação do Envolvimento Parental

O envolvimento parental em casa, tal como descrito, possui várias atividades associadas. Neste estudo, será somente considerada a leitura partilhada, que demonstrou uma alta consistência interna ($\alpha = .78$) (Hinkle, Wiersma & Jurss, 2003). A leitura partilhada foi avaliada considerando três itens que indagavam se a mãe possui o hábito de ler ou narrar livros de imagens, ler livros de histórias ou ler livros sobre tópicos de interesse (e.g., de dinossauros, do espaço). As respostas foram avaliadas segundo uma escala de tipo Likert de

6 valores, onde 1 correspondia a *todos os dias* e 6 correspondia a *nunca* (Broekhuizen et al., 2018). A fim de facilitar a interpretação, os valores de resposta foram invertidos, de modo a 1 corresponder a *nunca* e 6 corresponder a *todos os dias*.

2.4 Procedimentos

De modo a serem elegíveis para o projeto, os participantes teriam de preencher alguns critérios, nomeadamente, ambos os pais terem nascido em Portugal e o agregado residir em municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto onde as percentagens de crianças a receber Ação Social Escolar são mais elevadas. A área metropolitana de Lisboa é constituída por 18 municípios, dos quais foram selecionados os seguintes: Almada, Amadora, Lisboa, Seixal, Loures, Cascais, Barreiro, Odivelas, Oeiras e Palmela. Quanto à área metropolitana do Porto, constituída por 17 municípios, foram selecionados o Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar e Espinho.

Num primeiro momento, as direções dos agrupamentos de escolas foram contactadas por e-mail e telefone e, após aprovação para participação, a equipa ISOTIS reuniu-se com os coordenadores e colaboradores e entregou material com informação acerca do projeto. Também foram recrutadas participantes através da recomendação de colaboradores das escolas, outros pais que já teriam ouvido falar do projeto, centros comunitários e profissionais que atribuíam o Rendimento Social de Inserção, bem como através da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Santa Casa da Misericórdia da Amadora.

Professores, coordenadores, psicólogos e assistentes sociais forneceram o contacto das famílias dispostas a participar no estudo. A equipa ISOTIS entrou em contacto com as mães, de modo a saber se seriam elegíveis para participação no estudo. Se as mães tivessem dois ou mais filhos dentro das idades alvo, teriam de optar somente por uma criança, sobre a qual seria desenvolvido o presente estudo.

Este estudo baseou-se em entrevistas estruturadas às mães, conduzidas face-a-face e tendo como recurso um computador portátil ou um tablet. Nas entrevistas, recorreu-se a um questionário online, sendo os dados recolhidos entre dezembro de 2017 e julho de 2018 (Broekhuizen et al., 2018). Os questionários foram programados na plataforma LimeSurvey, tendo sido desenvolvidos primeiramente na língua inglesa e, posteriormente, traduzidos para as línguas de cada país. Os dados recolhidos pela plataforma eram automaticamente remetidos para servidores da Universidade de Utrecht.

Foram recrutados seis entrevistadores, com uma idade média de 29.2 anos. Todos os entrevistadores receberam formação no decorrer de dois dias, onde foram munidos de informação acerca do projeto e das características dos grupos alvo. Antes da aplicação dos questionários ao público alvo, praticaram em ambiente controlado (*role play*) pelo menos duas entrevistas, antes de aplicarem de forma autónoma.

De modo a monitorizar os dados recolhidos, cada país designou um coordenador. Foram realizadas reuniões mensais via Skype, com os coordenadores nacionais e, se necessário, reuniões individuais via Skype. Foram divulgadas notas informativas quinzenais por parte da Universidade de Utrecht de modo a apresentar os dados recolhidos até à data. Os coordenadores nacionais mantiveram contacto constante com os entrevistadores de modo a poder auxiliar e partilhar as experiências.

A administração dos questionários decorreu em ambientes neutros, como escolas ou centros comunitários. O consentimento informado foi assinado pelas mães antes da entrevista, onde foi lembrado que não existiam respostas certas nem erradas e, que as suas respostas, se deveriam focar somente numa criança. Aquando a entrevista, cada entrevistador voltou a explicar o estudo e a certificar-se que não restariam dúvidas. Numa primeira fase, o entrevistador leu as questões e submeteu as respostas das mães na plataforma. Mais adiante, foram as próprias mães a submeter as suas respostas enquanto o entrevistador leu as questões em voz alta. No final da entrevista, o entrevistador questionou as mães se existia algo que gostariam de acrescentar ou se faltaria algo. Foram questionadas sobre se gostariam de se manter informadas em termos dos resultados do estudo, recebendo ainda um vale de cinco euros, além de um livro para a criança.

CAPÍTULO III – RESULTADOS

Os dados de teor quantitativo, recolhidos através de entrevistas realizadas às mães, foram alvo de análise estatística, recorrendo ao software IBM SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) Statistic Commuter, versão 25. Iniciou-se a análise através da caracterização e descrição da amostra, baseada em análises descritivas, relativas às variáveis do presente estudo e, procedeu-se à análise das correlações entre estas, através do Coeficiente de Pearson. Recorreu-se ao Coeficiente de Pearson (paramétrico) e não ao coeficiente rho de Spearman (não-paramétrico) dado que foi verificado o princípio da distribuição normal em todas as variáveis (Artusi, Verderio, & Marubini, 2002).

O passo seguinte consistiu na realização de uma Regressão Linear Múltipla, com o objetivo de compreender as associações entre as variáveis preditoras - bem-estar parental e privação material, e a variável critério - leitura partilhada, controlando os efeitos do sexo e idade da criança e dos anos de escolaridade da mãe. Foram verificados os pressupostos da regressão linear múltipla: relação linear entre os preditores e a variável critério; independência dos erros; distribuição normal dos erros; média nula dos erros; homocedasticidade dos erros (i.e., erros com variância constante, qualquer que seja o valor da variável preditora) e ausência de multicolinearidade.

3.1 Estatísticas Descritivas

Na Tabela 3.1 apresentam-se os resultados em termos das médias, desvios-padrão, mínimos e máximos das variáveis consideradas. De realçar, a média da variável critério que, com um valor de 3.51 ($DP = 1.38$), indica que as mães participantes tendem a ler com os seus filhos de uma ou duas vezes por semana, a uma ou duas vezes por mês. Apenas cerca de 10% das mães relataram ler com os filhos várias vezes por semana ou todos os dias. No presente estudo, mais de metade (52.6%) das mães participantes obtiveram um valor igual ou superior a sete no índice de privação material ($M = 6.48$, $DP = 2.78$).

Tabela 3.1

Médias, Desvios-Padrão, Mínimos e Máximos

	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Leitura Partilhada	3.51	1.38	1.00	6.00
Bem-Estar	3.64	1.25	1.00	5.00
Anos de Educação da Mãe	8.22	3.22	2	16
Idade da Criança (anos)	4.19	1.05	2	6
Privação Material	6.48	2.78	0	12

Na Tabela 3.2, podem-se verificar as correlações entre as variáveis, recorrendo ao Coeficiente de Pearson (r). Podemos, por exemplo, verificar que a variável critério apresenta uma correlação com as variáveis de controle, nomeadamente, a idade da criança ($r = .22$, $p = .01$) e anos de educação da mãe ($r = 0.16$, $p = 0.05$). Podemos igualmente verificar a existência de uma correlação negativa entre a variável preditora privação material e os anos de escolaridade da mãe ($r = -.20$, $p = .02$), bem como com o nível de bem-estar parental ($r = -.20$, $p = .01$).

Tabela 3.2

Coeficientes de Correlação de Pearson entre variáveis

	Leitura Partilhada	Bem-Estar	Privação Material	Género da Criança	Idade da Criança	Anos de Educação da Mãe
Leitura Partilhada	-					
Bem-Estar	.05	-				
Privação Material	.03	-.20*	-			
Género da Criança	-.10	.01	.04	-		
Idade da Criança (anos)	.22**	-.10	-.01	.15	-	
Anos de Educação da Mãe	.16*	-.05	-.20*	.01	-.02	-

* $p < .05$. ** $p < .01$.

3.2 Modelo de Regressão Linear Múltipla

No resumo do modelo, podemos verificar que as variáveis preditoras, selecionadas para o presente estudo, apenas explicam 10.7% da variabilidade da Leitura Partilhada ($R^2 = .11$), demonstrando-se um modelo pouco explicativo. O modelo apresentado mostrou-se estatisticamente significativo ($F(5,110) = 2.65, p = .03$), tal como demonstrado na Tabela 3.3, intitulado de regressão linear múltipla. A idade da criança ($\beta = .26, p = .01$) e os anos de educação da mãe ($\beta = .19, p = .047$) estão positiva e significativamente associados à leitura partilhada.

Tabela 3.3

Resultados do Modelo de Regressão linear múltipla para testar os efeitos do Bem-Estar, da Privação Material, do Género da criança, da Idade da criança e dos anos de Educação da mãe, na Leitura Partilhada

	B	Erro Padrão	Beta
(Constante)	1.32	.92	
Bem-Estar	.12	.10	.11
Privação Material	.05	.05	.09
Género da Criança	-.39	.25	-.14
Idade da Criança	.34*	.12	.26
Anos de Educação da Mãe	.08*	.04	.19

Assim, e recorrendo à análise realizada, verificamos que as hipóteses propostas neste estudo, não foram confirmadas.

CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

4.1. Discussão

O presente estudo teve como objetivo investigar a relação existente entre o nível de privação material da família, a percepção de bem-estar das mães e o envolvimento parental de mães de crianças com idade inferior a seis anos nas atividades em casa, em famílias economicamente desfavorecidas.

A hipótese 1, que postulava que, quanto maior a privação material, menor seria o envolvimento parental em casa, não foi confirmada, sugerindo que, quando a família das crianças, em fase da primeira infância, se encontra em situação de privação material, não apresenta necessariamente um nível de envolvimento parental inferior. Estes resultados não vão ao encontro da literatura examinada na presente dissertação. Este facto pode-se dever a toda uma panóplia de fatores que podem moderar a associação entre a privação material e o envolvimento parental, como as verificadas no presente estudo, idade da criança e escolaridade da mãe.

A segunda hipótese postulava que, quanto maior o bem-estar parental, maior o envolvimento parental em casa, nomeadamente, na leitura partilhada. No entanto, não tendo sido obtida uma correlação significativa, os resultados também não vão ao encontro do que seria expectável, considerando a literatura existente e examinada neste trabalho, não se confirmando a hipótese formulada. Uma das possibilidades para este resultado, poderá passar pelo teor das questões sobre o bem-estar, uma vez não estão diretamente relacionadas com as experiências das mães enquanto cuidadoras. Há que ter em conta uma multiplicidade de fatores que influenciam o envolvimento parental, como os recursos económicos da família, em conjunto com a educação dos pais e o seu estatuto ocupacional. Como verificamos no Modelo de Investimento Familiar, todos estes fatores podem estar associados ao nível de envolvimento parental, influenciando o bem-estar emocional, comportamental, cognitivo e até físico. O bem-estar parental é uma variável compósita que não deve ser considerada de forma isolada (Xiaofeng, Wenhui, & Zhou, 2018).

Os resultados obtidos não vão ao encontro da literatura apresentada no decorrer da presente dissertação. No entanto, é relevante salientar que verificamos uma relação entre a escolaridade das mães e a leitura partilhada. A investigação demonstra que os pais com

níveis acadêmicos superiores, tendem a despende mais tempo, em leitura partilhada com as crianças (Gottfried et al., 2015).

Hayes, Berthelsen, Nicholson e Walker (2018) examinaram os fatores sociodemográficos associados ao envolvimento parental, nomeadamente na leitura partilhada e outras atividades em casa em crianças com idades compreendidas entre os dois e os seis anos, pertencentes numa amostra de 3836 famílias. No estudo referido, a frequência do envolvimento parental em atividades em casa, diminuiu no decorrer do tempo.

Hartas (2011) verificou uma associação entre o rendimento das famílias, as habilitações académicas maternas e as competências de literacia/linguagem e a competência socioemocional das crianças. No estudo conduzido por Klebanov e colaboradores (1998), os autores concluíram que as habilitações académicas das mães e o rendimento familiar eram importantes preditores do contexto físico e experiências de aprendizagem em casa; no entanto, a educação materna por si só era preditiva do cuidado parental.

Um estudo longitudinal com crianças aos 8, 19, 30 e 48 anos (Dubow, Boxer, & Huesmann, 2009), verificou uma associação significativa e positiva entre o nível de formação dos pais e o sucesso escolar e profissional dos filhos ao longo de 40 anos, relação esta mediada pelas aspirações de conquistas e pelas conquistas na adolescência. Também Haney e Hill (2004) concluíram que as tarefas escolares, inclusive a de leitura, são mais dificilmente acompanhadas por pais com baixo nível de escolaridade, uma vez que a criança precisa de alguém mais competente que saiba e lhe mostre como fazer. Neves (2012) confirmou através da sua análise ao relatório do INE de 2010, a heterogeneidade do efeito da educação nos diferentes percentis da distribuição do rendimento, e adianta ainda que a probabilidade de risco de privação material aumenta à medida que a escolaridade dos indivíduos é menor.

Neste estudo verificou-se uma associação positiva entre a idade da criança e a leitura partilhada de livros. Contudo, estes resultados não são consistentes com a literatura existente. Estudos prévios verificaram que, quanto mais precoce a idade da criança, mais elevada era a frequência da leitura adulto-criança (Yarosz & Barnett, 2001).

O valor médio da frequência de leitura partilhada das mães que participaram no presente estudo sugere que têm o hábito de ler com os seus filhos entre uma ou duas vezes por semana, a uma ou duas vezes por mês. Este valor tem potencial para ser aumentado com

intervenções e políticas de promoção da leitura partilhada, independentemente do estatuto socioeconómico. Uma proposta possível inclui as intervenções parentais baseadas em Estratégias de Jogo e Aprendizagem (PALS – Play and Learning Strategies), com base em tarefas diárias em que são trabalhadas as interações mãe-criança em ambientes lúdicos. Mesmo após 3 meses, este tipo de intervenção demonstrou ter resultados positivos no comportamento da mãe e no desenvolvimento da criança, promovendo boas práticas de literacia (Landry et al., 2012). Este tipo de projetos pode promover uma mudança nos hábitos de leitura das mães, aumentando a probabilidade de passarem a ler várias vezes por semana ou todos os dias.

4.2. Limitações e Sugestões para o Futuro

No que respeita às limitações do estudo, refira-se que este foi realizado apenas nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. De acordo com dados do INE (2019), as regiões autónomas da Madeira e dos Açores são as que demonstram uma maior taxa de risco de pobreza, acima da média nacional, pelo que poderiam ser zonas pertinentes de serem estudadas dada a sua desigualdade para com o resto do país.

A segunda limitação encontrada foi o facto de ser apenas considerada a perspetiva da mãe sobre as variáveis em estudo. Em modo de sugestão para estudos futuros, recomenda-se a aplicação de questionários às crianças no sentido de obter uma perceção na primeira pessoa de como a privação material afeta a propensão para os pais se envolverem nas vidas dos seus filhos. A opção de recrutar apenas mães coloca à margem famílias monoparentais masculinas, bem como a perspetiva do pai em famílias ditas convencionais.

Os dados recolhidos são baseados unicamente em autorrelato, não havendo uma avaliação empírica de comportamentos observáveis, o que pode levar a enviesamentos por as mães responderem o que consideram desejado ou adequado. Assim, seria útil existir uma avaliação baseada na observação.

Sendo este um estudo correlacional, não permite estabelecer relações de causa-efeito. Podem existir vários fatores que influenciam a leitura partilhada de livros e que não foram considerados no presente estudo. Por exemplo, poderia ser relevante analisar as associações entre as expectativas que as mães têm para o futuro dos seus filhos, e o seu envolvimento

parental em atividades em casa. Paralelamente, em estudos futuros podem considerar a qualidade da relação no decorrer da leitura partilhada. Para além disso, poderia ser relevante estudar dimensões do bem-estar diretamente relacionadas com a parentalidade.

Este trata-se de um estudo transversal que apenas nos permite ter a perceção dos resultados num momento específico. Assim, propõe-se uma nova aplicação dos questionários, tornando este estudo longitudinal.

4.3. Conclusões

O presente estudo verificou que a idade da criança bem como os anos de escolaridade da mãe, estão associados ao envolvimento parental, nomeadamente no que diz respeito à leitura partilhada entre pais e filhos. Os dados não demonstraram uma associação entre a privação material, o bem-estar parental e o envolvimento em atividades de leitura partilhada numa amostra com elevado nível de privação material. As mães de estatuto socioeconómico baixo podem beneficiar de intervenções com o objetivo de as apoiar a desenvolverem boas práticas que contribuam para o desenvolvimento adequado da criança (Troseth, 2020).

Especificamente, os nossos dados sustentam a necessidade de desenvolver programas de promoção da leitura partilhada, dada a sua importância para o desenvolvimento da criança, bem como para a relação mãe-filho/a.

Referências

- Abulof, U., (2017). Introduction: Why We Need Maslow in the Twenty-First Century. Symposium: Revisiting Maslow: Human needs in the 21st century. *Springer Science + Business Media. Soc.* 54:508–509
- Amante, L. (2007). Infância, escola e novas tecnologias. In Costa, F., Peralta, H., Viseu, S., org. - "As TIC na educação em Portugal [Em linha]: concepções e práticas". Porto: Porto Editora.
- Artusi, R., Verderio, P. & Marubini, E. (2002). Bravais-Pearson and Spearman correlation coefficients. *The International Journal of Biological Markers*, 17 no. 2, 148-151.
- Belsky, J., Rovine, M. & Fish, M., (2014). *Systems and Development: The Minnesota Symposia on Child Psychology*, Volume 22. LEA, New Jersey.
- Broekhuizen, M., Ereky-Stevens, K., Wolf, K. & Moser, T. (2018). D2.2 Technical report and first descriptive results on the parent structured interview study. *ISOTIS*
- Bronfenbrenner, U. (2005). *Making human beings human: bioecological perspectives on human development*. Thousand Oaks (EUA): Sage Publications.
- Cardoso, H. (2006). A quantificação do estatuto socioeconómico em populações contemporâneas e históricas: dificuldades, algumas orientações e importância na investigação orientada para a saúde. *Antropologia Portuguesa*. Vol. 22/23, pp. 247-272.
- Cochran, M. & Niego, S. (1995). Parenting and social networks. In M.H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Status and social conditions of parenting* (pp. 393-418). NY: Lawrence Erlbaum Associates.
- Conger, R., Conger, K. & Martin, M. (2010). Socioeconomic status, family processes, and individual development. *Journal of Marriage and Family*, 72, 685-704.
- Conger, R., Elder Jr., G., Lorenz, F., Conger, K., Simons, R., Whitbeck, L., Huck, S. & Melby, J. (1990). Linking economic hardship to marital quality and instability. *Journal of Marriage and Family*, 52, 643-656.

- Cooper, H., Lindsay, J. & Nye, B. (2000). Homework in the home: how student, family, and parenting-style differences relate to the homework process. *Contemporary Educational Psychology*, v. 25, p. 464-487.
- Cunha, F., Carneiro, P., Galasso, E. & Garcia, I. (2013). *The role of beliefs in parental investments and child development: Evidence from a parenting intervention in Chile*. Comunicação apresentada na LACEA-LAMES - Anual Meetings. Mexico City
- Diener, E. & Fujita, F. (1995). Resources, personal strivings, and subjective well-being: A nomothetic and idiographic approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68 (5), 926–935.
- Dodge, R., Daly, A., Huyton, J. & Sanders, L. (2012). The challenge of defining wellbeing. *International Journal of Wellbeing*, 2(3), 222-235.
- Dubow, E., Boxer, P. & Huesmann, L. (2009). Long-term effects of parent's education on children's educational and occupational success: Mediation by family interactions, child aggression, and teenage aspirations. *Merrill-Palmer Quarterly*, 55(3), 224–249.
- Eagly, A. & Wood, W. (2016). Social role theory of sex differences. In J. Wiley & Sons, *The Wiley Blackwell encyclopedia of gender and sexuality studies*. England.
- Eccles, J. (2008). Families, schools and developing achievement motivations and engagement. In J. Grusec & P. Hastings (Eds.), *Handbook of socialization: Theory and research* (pp. 665-691). New York: The Guilford Press.
- Englund, M., Luckner, A., Whaley, G. & Egeland, B. (2004). Children's achievement in early elementary school: Longitudinal effects of parental involvement, expectations, and quality of assistance. *Journal of Educational Psychology*, 96(4), 723.
- Epstein, J. (2001). *School, family and community partnerships: Preparing educators and improving schools*. Boulder, CO: Westview Press

- Fahel, M., Rambla, X., Lazzarotti, B. & Bronzo, C. (2012). *Desigualdades Educacionais & Pobreza*. Belo Horizonte: PUC Minas.
- Freitas, M. (2010). *Pobreza e Exclusão Social*. Coimbra
- Gameiro, S., Martinho, B., Canavarro, M. & Moura-Ramos, M. (2008). Estudos psicométricos da Escala de Investimento Parental na Criança. *Psychologica*, 48, 77-99.
- Gottfried, A., Schlackman, J., Gottfried, A. & Boutin-Martinez, A. (2015). Parental provision of early literacy environment as related to reading and educational outcomes across the academic lifespan. *Parenting*, 15(1), 24-38.
- Gutman, L. & McLoyd, V. (2000). *Parents' Management of their Children's Education within the Home, at School, and in the Community: An Examination of high-risk African-American families*. Urban Review.
- Hoghugh, M. (2004). *Parenting: an introduction: Handbook of parenting: theory and research for practice*. London: Sage. pp. 1-18.
- Foster, M., Lambert, R., Abbott-Shim, M., McCarty, F. & Franze, S. (2005). A model of home learning environment and social risk factors in relation to children's emergent literacy and social outcomes. *Early Childhood Research Quarterly*. Elsevier.
- Ferreira, S. & Triches, M. (2009). O envolvimento parental nas instituições de educação infantil. *Revista Pedagógica UNOCHAPECÓ*, 22, 1984-1586.
- Guio, A-C., Marlier, E., Gordon, D., Fahmy, E., Nandy, S. & Pomati, M. (2016). Improving the measurement of material deprivation at the European Union level. *Journal of European Social Policy*, Vol. 26, No 3, pp. 219-333.
- Haney, M. & Hill, J. (2004). Relationships between parent-teaching activities and emergent literacy in preschool children. *Early Child Development and Care*. 174(3):215-228.

- Hayes, N., Berthelsen, D., Nicholson, J. & Walker, S. (2018). Trajectories of parental involvement in home learning activities across the early years: Associations with socio-demographic characteristics and children's learning outcomes. *Early Child Development and Care*, 188(10), 1405-1418. doi:10.1080/03004430.2016.1262362
- Hartas, D. (2011). Familie's social backgrounds matter: Socio-economic factors, home learning and young children's language, literacy and social outcomes. *British Educational Research Journal*, 37(6), 893-914.
- Hinkle, D., Wiersma, W. & Jurs, S. (2003). *Applied statistics for the behavioral sciences* (5 ed.). Boston: Houghton Mifflin.
- Hoover-Dempsey, K., Walker, J., Sandler, H., Whetsel, D., Green, C., Wilkins, A. & Closson, K. (2005). Why do parents become involved? Research findings and implications. *The Elementary School Journal*, 106(2), 105–130.
- Hughes, C., Devine, R., Mesman, J. & Blair, C. (2020). Parental well-being, couple relationship quality, and children's behavioral problems in the first 2 years of life. *Development and Psychopathology*, 32(3), 935-944.
- INE. (26 de Novembro de 2019). *Rendimento e Condições de Vida*. - 2019. Obtido em 20 de Novembro de 2020 de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=354099170&DESTAQUESmodo=2
- Lacasa, P., (2008). Ambiente Familiar e Educação Escolar: a intersecção de dois cenários educacionais. In Coll, C.; Marchesi, A.; Palacios, J. & colaboradores. 54 *Desenvolvimento psicológico e Educação – Psicologia da Educação Escolar*. Porto Alegre: Artmed.
- Landry, S., Smith, K., Swank, P., Zucker, T., Crawford, A. & Solari, E. (2012). The effects of a responsive parenting intervention on parent-child interactions during shared book reading. *Developmental Psychology*, 48(4), 969–986.
- MACK, J. & Lansley, S. (1985). *Poor Britain*. George Allen & Unwin. Londres.

- Masarik, April S. and Conger, Rand D. (2017). "Stress and Child Development: A Review of the Family Stress Model". *Current Opinion in Psychology*, 13, 85-90.
- McWayne, C., Hampton, V. , Fantuzzo, J., Cohen, H. & Sekino, Y. (2004). A multivariate examination of parent involvement and the social and academic competencies of urban kindergarten children. *Psychology in the Schools*. Vol. 41, Issue 3, p.- 363-377.
- Neppl, T., Jeon, S., Schofield, T. & Donnellan, M. (2015). The impact of economic pressure on parent positivity, parenting, and adolescent positivity into emerging adulthood. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 64(1), 80-92.
- Neves, S. (2012). *Impactos da educação na pobreza e na privação material das famílias em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Nogueira, H. (2007). Privação sociomaterial e saúde na Área Metropolitana de Lisboa. In: Santana P. (coord), *A Cidade e a Saúde*. Edições Almedina, Coimbra, p. 155-162.
- Nomaguchi, K. (2012). Parenthood and Psychological Well-Being: Clarifying the Role of Child Age and Parent-Child Relationship Quality. *Soc Sci Res*, 41(2), 489–498.
- Nunes, C. (1999), “*Linhas de Pobreza para Portugal Continental: 1989/90 e 1994/95*”, Tese de Mestrado em Estudos Económicos e Sociais. Gualtar: Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.
- Papert, S. (1996). *A Família em Rede*. Lisboa: Relógio D’Água
- Pedro, I. & Mata, L. (1998). Jardim-de-infância/família que relação? In Alves-Martins, M. (Ed.), *Actas do X Colóquio Psicologia Educação* (101-113). Lisboa: I.S.P.A.
- Peixoto, F. (2004). Qualidade das relações familiares, auto-estima, autoconceito e rendimento académico. *Análise Psicológica*, 22, 235-244.
- Pereira, E. (2010). *Pobreza e Ruralidade: Uma análise espacial em Portugal Continental*. Tese de doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

- Pollard, E. & Lee, P. (2003). Child well-being: a systematic review of the literature. *Social Indicators Research*, 61(1), 9–78
- Pordata, (2020). Obtido em 15 de Novembro de 2020 de [https://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+em+risco+de+pobreza+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+\(percentagem\)-2331](https://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+em+risco+de+pobreza+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+(percentagem)-2331).
- Prego, J. & Mata, L. (2012). Perceções dos professores face à importância do envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos. In *Atas do 12º Colóquio de Psicologia e Educação*, 1421-1432.
- Ribas, A., Junior, R. & Valente, A. (2006). Bem-estar emocional de mães e pais e o exercício do papel parental: uma investigação empírica. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. 16(3):28.
- Rosário, P., Mourão, R., Soares, S., Chaleta, E., Grácio, L., Simões, F., Núñez, J. & Gonzalez-Pienda, J. (2005). Trabalhos de Casa, Tarefas Escolares, Auto-regulação e Envolvimento Parental. *Psicologia em Estudo*, Maringá 3 (10), 343-351.
- Ryff, C. (1989). Happiness is Everything, or is it? Explorations on the Meaning of Psychological Well-Being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57(6), 1069-1081.
- Semedo, Z. (2012). *Projecto “Leitura a Par”: Envolvimento Parental na Promoção da Fluência de Leitura Oral em Alunos do 2º Ano do 1º Ciclo*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia. Lisboa: Universidade de Lisboa- Faculdade de Psicologia.
- Shaw, D. & Shelleby, E. (2014). Early-starting conduct problems: Intersection of conduct problems and poverty. *Annual Review of Clinical Psychology*, 10503-528. doi:10.1146/annurev-clinpsy-032813-153650
- Silvério, A. (2016). *O papel do estatuto socioeconómico e do envolvimento parental na inclusão escolar de crianças com idades entre os seis e os dez anos* (Dissertação de mestrado). ISCTE-IUL, Lisboa.
- Sim, S. & Berthelsen, D. (2014). Shared book reading by parents with young children: Evidence-based practice. *Australasian Journal of Early Childhood*, 39(1), 50-55

- Soares, M., Souza, S. & Marinho, M. (2004). Envolvimento dos pais: incentivo à habilidade de estudo das crianças. *Estudos de Psicologia*, Campinas 3 (21), 253-260.
- Spodek, B. (2002). *Manual de investigação em Educação de Infância*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stuckler, D. & Basu, S. (2013). The Body Economic: Why Austerity Kills. *The New York Times*. New York.
- Taggart, B., Sylva, K., Melhuish, E., Sammons, P. & Siraj, I. (2015). *Effective preschool, primary and secondary education project*. UCL Institute of Education. Londres.
- Thomas, J. (2009). *Working paper: Current measures and the challenges of measuring children's wellbeing*. Newport: Office for National Statistics.
- Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom – a survey of household resources and standards of living*. London: Penguin.
- Triches, M. (2008). *A. Educação infantil em Santa Catarina (Brasil) e orientações da UNESCO*. (Dissertação de mestrado em Ciências da Educação, Formação Pessoal e Social). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Troseth, G., Strouse, G., Flores, I., Stuckelman, Z. & Johnson, C. (2020). An enhanced eBook facilitates parent-child talk during shared reading by families of low socioeconomic status. *Early Childhood Research Quarterly*. Vol 50, Part 1, 1st Quarter 2020, pp. 45-58
- Yarosz, D. & Barnett, W. (2001). Who reads to young children? Identifying predictors of family reading activities. *Reading Psychology*, 22(1), 67-81.
- Yeung, W., Linver, M. & Brooks-Gunn, J. (2002). How money matters for young children's development: Parental investment and family processes. *Child Development*, 73, 1861-1879.
- Yurdusen, S., Erol, N. & Gencoz, T. (2013). The effects of parental attitudes and mothers' psychological well-being on the emotional and behavioral problems of their preschool children. *Matern Child Health J.*;17(1):68.

- Vrantsidis, D., Clarck, C., Chevalier, N. & Espy, K. (2019). Socioeconomic status and executive function in early childhood: exploring proximal mechanisms. *Dev. Sci.*, Article e12917
- Verkuyten, M. (2008). Life satisfaction among ethnic minorities: The role of discrimination and group identification. *Social indicators research*, 89(3), 391-404.
- Wall, K. & Amâncio, L. (2007). *Família e Género em Portugal e na Europa*. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa.
- World Health Organization. (1997). *WHOQOL Measuring Quality of Life*. Geneva: World Health Organisation